

OPERAÇÃO

Em 2024, o Mineirão mostrou, mais uma vez, por que é referência na realização de partidas de futebol e a principal plataforma de entretenimento do Estado de Minas Gerais. No esporte, seu potencial eclético contemplou partidas internacionais da Conmebol Sul-Americana, nacionais de Campeonato Brasileiro e Supercopa Rei e regionais do Campeonato Mineiro, masculino e feminino.

Foram 29 (vinte e nove) partidas profissionais, sendo 26 (vinte e seis) do Cruzeiro Esporte Clube, 1 (uma) do Clube Atlético Mineiro, 1 (uma) da decisão do Campeonato Mineiro Feminino (Cruzeiro x América, com organização da Federação Mineira de Futebol) e 1 (uma) da final da Supercopa Rei (Palmeiras x São Paulo, com organização da Confederação Brasileira de Futebol). Vale ressaltar que essa foi a primeira temporada completa com o Atlético atuando em seu estádio próprio.

O público total superou 1 milhão de torcedores, para uma arrecadação bruta de aproximadamente R\$ 58 milhões, números que se referem a 28 (vinte e oito) partidas, já que o último jogo da temporada (Cruzeiro x Palmeiras) aconteceu sem a presença de torcida. Como curiosidade, foram consumidos ao longo do ano mais de 90.000 (noventa mil) tropeiros.

No quesito títulos, o Atlético conquistou o pentacampeonato mineiro no torneio masculino, o Cruzeiro faturou o bicampeonato mineiro no torneio feminino e o São Paulo festejou a inédita Supercopa Rei. Houve duas

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	8.401	24.293
Ativo financeiro de concessão	5	47.384	45.670
Contas a receber de clientes	6	10.265	14.553
Estoques	-	1.436	1.149
Impostos e contribuições a recuperar	7	3.522	2.824
Adiantamentos a fornecedores	-	737	702
Títulos e valores mobiliários	-	25	25
Outros ativos	-	459	502
Total do ativo circulante		72.229	89.718
Ativo não circulante			
Ativo financeiro de concessão	5	347.748	345.495
Contas a receber de clientes	6	95.810	95.522
Partes relacionadas	15	17	17
Impostos e contribuições a recuperar	7	970	1.267
Depósitos judiciais	16	127	-
Outros ativos	-	214	1.031
Imobilizado	8	602	601
Intangível	9	29.198	29.657
Total do ativo não circulante		474.686	473.590
Total do ativo		546.915	563.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022		246.405	13.702	122.425	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.497
Constituição da reserva legal	17.b	-	2.075	-	(2.075)
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	39.422	(39.422)
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		246.405	15.777	146.847	409.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.698
Constituição da reserva legal	17.b	-	2.285	-	(2.285)
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	43.413	(43.413)
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(42.000)	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		246.405	18.062	148.260	412.727

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis - Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
--	--	--	--	--	--

1. Informações gerais

A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abraão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte – MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto (Estádio ou Mineirão) e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão).

A Companhia é controlada em conjunto pela Construção CCPS – Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda.

Contrato de Concessão

O Contrato de Parceria Público Privado (PPP), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Poder Concedente) e a Minas Arena – Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012.

A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014, que recebeu tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014, quanto as Olimpíadas de 2016.

A emissão dessas demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 10 de março de 2025.

2. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária.

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas em quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.4. Instrumentos financeiros

2.4.1. Ativos financeiros – classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos e passivos ao custo amortizado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Nos exercícios apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

2.4.2. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem.

2.4.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência.

2.4.4. Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD ou *impairment*).

2.6. Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor.

2.7. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8. Intangível

São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente.

2.9. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Não houve necessidade de reconhecimento de perda neste exercício.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver

quebrás de recorde de público em jogos de futebol desde a reforma: 61.582 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois) e 61.583 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e três) torcedores, em clássicos de torcida única do Cruzeiro contra o Atlético, pelos Campeonatos Mineiro e Brasileiro, respectivamente.

Nos eventos culturais, o Mineirão provou mais uma vez seu viés multissueto conciliando sua agenda esportiva com a realização de festivais e shows internacionais. Foram 9 (nove) eventos de gramado e 12 (doze) eventos de esplanada. O público total ficou próximo de 650 (seiscentas e cinquenta) mil pessoas. Andrea Bocelli e Bruno Mars foram as atrações internacionais que se apresentaram no estádio. Com 68.011 (sessenta e oito mil e onze) pessoas, a “Visita do Profeta”, do bispo Bruno Leonardo, quebrou o recorde de público em eventos no Mineirão desde a reforma.

O ano de 2024 ficou marcado pela primeira prova de Stock Car da história do Mineirão. Trata-se da principal categoria de automobilismo da América do Sul. Foram realizados ainda 7 (sete) festivais – Samba Prime (dois dias), Buteco do Gustavo Lima, Ore Comigo, Prime Rock, Festival Sertanejo, 2000 Rock Fest e Histórias – e 8 (oito) turnês nacionais – Ensaios da Anitta, Jão Superturnê, Jota 25 Anos, Victor e Léo, Sorriso das Antigas, Henrique e Juliano, Natiruts e Caetano e Bethânia.

Ao longo do ano, o Mineirão também manteve a programação de suas atrações fixas no Museu Brasileiro do Futebol (MBF) e no Tour Bastidores, que superou 37 (trinta e sete) mil visitantes, e Feirão de Carros,

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Passivo circulante			
Fornecedores	10	4.545	4.532
Empréstimos e financiamentos	11	13.024	13.069
Obrigações e encargos trabalhistas	-	2.447	2.022
Impostos e contribuições a recolher	-	4.044	2.930
Adiantamento de clientes	18	57	532
Receitas diferidas	12	7.686	9.632
Parcelamento de impostos	13	117	-
Outros passivos	-	265	103
Total do passivo circulante		32.185	32.820
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	50.699	63.374
Tributos diferidos	14	30.815	31.444
Partes relacionadas	15	-	12.324
Adiantamento de clientes	18	6.804	2.467
Provisão para riscos	16	303	356
Receitas diferidas	12	9.853	9.320
Parcelamento de impostos	13	984	-
Outros passivos	-	2.345	2.174
Total do passivo não circulante		102.003	121.459
Patrimônio líquido	17		
Capital social		246.405	246.405
Reserva legal		18.062	15.777
Reserva de subvenção		148.260	146.847
Total do patrimônio líquido		412.727	409.029
Total do passivo e patrimônio líquido		546.915	563.308

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de subvenção	Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2022		246.405	13.702	122.425	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	41.497
Constituição da reserva legal	17.b	-	2.075	-	(2.075)
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	39.422	(39.422)
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		246.405	15.777	146.847	409.029
Lucro líquido do exercício		-	-	-	45.698
Constituição da reserva legal	17.b	-	2.285	-	(2.285)
Transferência para reserva de subvenção	17.c	-	-	43.413	(43.413)
Distribuição de dividendos	17.d	-	-	(42.000)	(42.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		246.405	18.062	148.260	412.727

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

i) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis;

ii) O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas; e

iii) Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.14. Provisão para riscos

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

2.15. Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir:

a) Receita de serviços

A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realização de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outros decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência.

b) Receita financeira

A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão.

c) Receita diferida

A receita diferida é reconhecida quando das vendas de camarote ou cadeiras por temporada, bem como contratos de patrocínios.

Assim, a cada mês na realização das receitas efetivas, efetua-se a apropriação da receita nas contas de resultado pertinentes pelo valor correspondente fração do período de cada contrato.

2.17. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis.

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

i) O que se entende por direito de adiar a liquidação;

ii) Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras;

iii) Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e

iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

IAS/IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

Alterações à IFRS 10/ CPC 36 (R3) e à IAS 28/ CPC 18 (R2)

A alteração no CPC 36 (R3), visa apresentar um melhor detalhamento quanto ao tratamento de transações intercompartas, eliminando distorções nos resultados consolidados. Já a alteração ocorrida no CPC 18 (R2) aprimora a definição e classificação quanto ao método de equivalência patrimonial, além de refinar os critérios de mensuração inicial e ajustes subsequentes. Ambas as alterações visam um melhor alinhamento às regras internacionais de contabilidade.

As alterações não tiveram impacto nas Demonstrações Contábeis da Companhia

2.19 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações alteradas ou emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações à IAS 21/ CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis.

A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

Quando a moeda não é conversível por outra moeda na data de mensuração, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista naquela data. O objetivo da entidade ao estimar a taxa de câmbio à vista é refletir a taxa na qual uma transação de câmbio organizada ocorreria na data de mensuração entre participantes de mercado em condições econômicas vigentes.

As alterações não especificam como a entidade estima a taxa de câmbio à vista para atender esse objetivo.

A entidade pode usar uma taxa de câmbio observável sem ajuste ou outra técnica de estimativa.

Além disso, o IASB realizou alterações importantes na IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro para alinhar com a e fazer referência à IAS 21 Revisada para fins de avaliação da conversibilidade.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, sendo permitida adoção antecipada. A entidade não pode aplicar as alterações retrospectivamente e deve aplicar as disposições de transição específicas incluídas nas alterações.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Contábeis

A IFRS 18 substitui a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e introduziu novas exigências para: i) apresentar categorias específicas e subtópicos definidos na demonstração do resultado; ii) apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações contábeis;

iii) melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas.

A Companhia está avaliando os possíveis impactos dessas alterações sobre as demonstrações contábeis.

IFRS 7 e 9: Instrumentos Financeiros:

Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações aos requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 e divulgação da IFRS 7. As alterações têm como objetivo:

(i) esclarecer que um passivo financeiro é desreconhecido na data de liquidação, ou seja, quando a obrigação relacionada é liquidada ou cancelada ou expira o passivo de outra forma que se qualifica para desreconhecimento;

(ii) introduzir uma opção de política contábil para desreconhecer passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de pagamento eletrônico, antes da data de liquidação;

(iii) esclarecer como avaliar as características contratuais do fluxo de caixa de ativos financeiros que incluem características ambientais, sociais e de governança e outras características contingentes semelhantes;

(iv) esclarecer o tratamento de ativos sem recurso e instrumentos vinculados contratualmente;

(v) exigir divulgações adicionais para ativos e passivos financeiros com termos contratuais que fazem referência a um evento contingente, incluindo aqueles que estão vinculados a ESG, e instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerando razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas

realizado em 40 (quarenta) fins de semana do ano, que contou com um público superior a 24 (vinte e quatro) mil pessoas. A esplanada, aberta diariamente das 7h às 22h, também se fortaleceu como espaço público de recreação e saúde para a comunidade.

O Mineirão trabalhou ainda em projetos voltados para a comunidade e para a inclusão. A grande novidade do ano foi a abertura do Camarote TEA, voltado para pessoas com transtorno do espectro autista, que recebeu 108 (cento e oito) pessoas em 9 (nove) partidas da temporada. O estádio também foi o anfitrião do Seminário “Dia Nacional de Luta dos Direitos das Pessoas com Deficiência” e promoveu o Telão em Libras, para torcedores surdos.

	Taxa anual de depreciação	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Custo					
Equipamentos em geral		1.842	-	(38)	1.804
Móveis e utensílios		3.390	-	(48)	3.342
Instalações		184	-	(18)	166
Equipamentos de informática		999	29	-	1.028
Veículos		70	-	-	70
Outras		80	-	-	80
Total		6.565	29	(104)	6.490
Depreciação acumulada					
Equipamentos em geral	10%	(1.431)	(116)	37	(1.510)
Móveis e utensílios	10%	(3.215)	(84)	48	(3.251)
Instalações	10%	(175)	(7)	17	(165)
Equipamentos de informática	20%	(722)	(122)	-	(844)
Veículos	20%	(59)	(11)	-	(70)
Outras	20%	(38)	(11)	-	(49)
Total		(5.640)	(351)	102	(5.889)
Imobilizado líquido		925	(322)	(2)	601

9. Intangível

	Taxa anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Softwares		784	1.320	(878)	1.226
Benfeitorias em imóveis de terceiros		48.083	813	(223)	48.673
Licença ambiental		-	878	-	878
Total		48.867	3.011	(1.101)	50.777
Amortização acumulada					
Softwares	20%	(233)	(265)	(319)	(817)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(18.977)	(1.960)	175	(20.762)
Total		(19.210)	(2.225)	(144)	(21.579)
Intangível líquido		29.657	786	(1.245)	29.198

	Taxa anual de depreciação	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024
Custo					
Softwares		376	408	-	784
Benfeitorias em imóveis de terceiros		45.592	2.937	(446)	48.083
Softwares		124	-	(124)	-
Total		46.092	3.345	(570)	48.867
Amortização acumulada					
Softwares	20%	(216)	(17)	-	(233)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	(17.148)	(1.999)	170	(18.977)
Total		(17.364)	(2.016)	170	(19.210)
Intangível em desenvolvimento					
Intangível líquido		28.728	1.329	(400)	29.657

10. Fornecedores

(a) Para atendimento ao regime de competência contábil registra os serviços que foram medidos/prestados, mas cujas notas fiscais ainda não foram emitidas.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores de materiais	1.922	2.218
Outros fornecedores	234	261
Provisão para serviços prestados a faturar (a)	2.389	2.053
Total	4.545	4.532

11. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	31/12/2024	31/12/2023
Banco Itaú	100% CDI com taxa fixa 2,30% a.a.	63.723	76.443
Total		63.723	76.443

Circulante	13.024	13.069
Não circulante	50.699	63.374
Total	63.723	76.443

Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por:

- Direito de recebimento da integralidade da receita proveniente do Contrato de PPP;
- Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP; e
- Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária.

Escalonamento dos empréstimos e financiamentos

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	12.675
2026	-	12.675
2027 e acima	38.024	38.024
Total	50.699	63.374

Cláusulas restritivas

O contrato prevê que a distribuição de quaisquer recursos aos seus acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital, pró-labore, participação nos resultados e honorários a qualquer título, ocorrerá com anuência tácita do credor caso o índice for inferior 1,30, se o Índice de Cobertura do Serviço de Dívida (ICSD) seja igual ou superior a 1,30 considera anuência tácita do credor.

A Companhia realizou distribuição de dividendos durante o ano de 2024, com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. O ICSD calculado para o exercício foi de:

- **31 de dezembro de 2023:** 3,87; e
- **31 de dezembro de 2024:** 4,63.

	Saldo 31/12/2023	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2024
Empréstimos				
Banco Itaú	76.048	(12.675)	-	63.373
Juros Itaú	395	(8.882)	8.837	350
Total geral	76.443	(21.557)	8.837	63.723

	Saldo 31/12/2022	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2023
Empréstimos				
Banco Itaú	97.650	(21.602)	-	76.048
Juros Itaú	663	(12.592)	12.324	395
Total geral	98.313	(34.194)	12.324	76.443

12. Receitas diferidas

As receitas de contrato com vendas de camarotes, cadeiras e patrocínios são registradas no momento da contratação e apropriadas no resultado mensalmente conforme vigência de cada contrato.

	31/12/2024	31/12/2023
Camarote Tribuna	2.835	1.564
Camarote Exclusivo	3.073	1.872
Camarote vermelho	1.246	566
Patrocínios	9.957	14.688
Outros	428	262
Total	17.539	18.952
Circulante	7.686	9.632
Não circulante	9.853	9.320

13. Parcelamento de impostos

Valor refere-se a tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST) e/ou a tarifa de uso de distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra, para os fins do artigo 13, § 1º, II, 'a', da LC 87/1996, a base de cálculo do ICMS."

Nesse sentido, tendo em vista que a decisão do STJ produz efeitos desde que foi publicada, a Minas Arena deve realizar o recolhimento em 120 parcelas referente ao valor retroativo do ICMS referente a todo o período em que a exigibilidade do referido crédito se encontrava suspensa:

	Saldo 31/12/2023	Adição	Amortização	Juros provisionados	Saldo 31/12/2024
Parcelamento de impostos					
ICMS - REFIS	-	1.515	(88)	-	1.427
Juros parcelamento	-	(380)	-	54	(326)
Total geral	-	1.135	(88)	54	1.101

Circulante	117
Não circulante	984

14. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são registrados nas demonstrações contábeis com base na receita reconhecida e nos custos e nas despesas incorridos pelo regime de competência.

a) Tributos diferidos

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do diferimento da margem de construção sobre a contraprestação pecuniárias Pb, cuja tributação é realizada pelo restante do prazo do contrato de concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ		
Base para cálculo do Diferido		
Regime de Adoção inicial – Lei 12973/14	2.056	2.214
Margem de construção diferida	21.990	23.301
Receita junto ao concedente não recebida	67.272	67.695
Base de cálculo do diferimento	91.318	93.210
IRPJ DIFERIDO	22.829	23.302
Ativo Diferido s/ Prej. Fiscal e Base Negativa:	(6.849)	(6.991)
IRPJ	15.980	16.311

CSLL		
Base para cálculo do Diferido		
Regime de Adoção inicial – Lei 12973/14	2.056	2.214
Margem de construção diferida	21.990	23.301
Receita junto ao concedente não recebida	67.272	67.695
Base de cálculo do diferimento	91.318	93.210
CSLL DIFERIDO	8.219	8.389
Ativo Diferido s/ Prej. Fiscal e Base Negativa:	(2.465)	(2.516)
CSLL	5.754	5.873

PIS		
Base de cálculo do diferido		
Regime de Adoção inicial – Lei 12973/14	2.056	2.214
Margem de construção diferida	21.990	23.301
Receita junto ao concedente não recebida	74.129	74.595
Base de cálculo do diferimento	98.175	100.110
PIS DIFERIDO	1.620	1.652

COFINS		
Base de cálculo do diferido		
Regime de Adoção inicial – Lei 12973/14	2.056	2.214
Margem de construção diferida	21.990	23.301
Receita junto ao concedente não recebida	74.129	74.595
Base de cálculo do diferimento	98.175	100.110
COFINS DIFERIDO	7.461	7.608
Total	30.815	31.444

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social		
A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:		
	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	53.649	45.518
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda contribuição social à alíquota nominal	(18.240)	(15.476)
Exclusões permanentes	15.938	10.674
Adições permanentes	(15.384)	(6.248)
Adições e exclusões temporárias, líquidas	1.334	297
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	8.401	6.732
Total encargo fiscal*	(7.951)	(4.021)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(8.401)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	450	(4.021)

% efetiva (14,82%) (8,83%)

(*) A Companhia no ano 2022 aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei nº 14.148/2011 válida até agosto de 2024, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo.

A Companhia recebe, a título de ressarcimento do investimento realizado na reconstrução do Complexo do Mineirão, subvenção para investimento cujos valores não sofrem incidência da tributação até o exercício de 2023. A aprovação da Lei 14.789/23, de 29 de dezembro de 2023, trouxe impactos para a Companhia na medida em que passou a exigir o recolhimento de tributos sobre os valores auferidos a título de receita de subvenção. Todos os aspectos relacionados à nova norma foram e seguem sendo avaliados pela Companhia, a fim de que todas as adequações necessárias sejam realizadas. Em 2024, a Companhia obteve liminar que mantém a não incidência de tributos sobre o ressarcimento do investimento na construção do Complexo do Mineirão.

15. Partes relacionadas

a) Ativo não circulante

Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Egesa Engenharia S.A.	17	17
Total partes relacionadas	17	17

b) Passivo não circulante

Dividendos a pagar

	31/12/2024	31/12/2023
Egesa Engenharia S.A.	-	12.324
Total partes relacionadas	-	12.324

c) Remuneração da administração

A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas gerais e administrativas e totaliza R\$ 2.897 em 31 de dezembro de 2024 (2023 – R\$ 2.770).

16. Provisão para riscos

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicáveis, as demandas são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos e internos.

Em 31 de dezembro de 2024, havia depósitos judiciais no montante de R\$ 127, que se trata de ações judiciais nos âmbitos trabalhista e cível que se encontram em trâmite, aguardando o trânsito em julgado para a apuração dos valores efetivamente realizados.

Em 31 de dezembro de 2024, segundo os assessores jurídicos, havia processos de natureza cível e trabalhista com estimativa de perda provável no montante de R\$ 303 (2023 – R\$ 356), os quais se encontram devidamente provisionados e referem-se a reclamações trabalhistas e indenizatórias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não provisionados, no montante aproximado de R\$ 47.249 (2023 – R\$ 85.639), referente a ações cíveis, trabalhistas e administrativas. O saldo das causas de risco possível deve-se, especialmente, à autuação sobre a correta exclusão da base de cálculo do IRPJ e CSLL da parcela relativa à subvenção para investimentos.

	Provisões contingência	
	31/12/2024	31/12/2023
	Provisão para riscos	Provisão para riscos
Trabalhistas	245	298
Cíveis	58	58
Total	303	356

A movimentação das provisões para riscos e amortizações é como segue:

	31/12/2023	Adição	Pagamento	Atualização	31/12/2024
Provisão	3.367	156	-	-	3.523
Amortização provisão	(3.011)	-	(209)	-	(3.220)
Total	356	156	(209)	-	303

	31/12/2022	Adição	Pagamento	Atualização	31/12/2023
Provisão	2.998	369	-	-	3.367
Amortização provisão	(2.437)	-	(574)	-	(3.011)
Total	561	369	(574)	-	356

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão.

Capital integralizado

O capital integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$246.405 representado pelo valor nominal de R\$30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2024 e 2023, o total de 8.214 mil ações. Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

	Quantidade de ações (em milhares)	Valor do capital social
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	144.912
Egesa Engenharia S.A.	2.066	61.971
Hap Engenharia Ltda.	1.318	39.522
Total	8.214	246.405

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

c) Reserva de subvenção

A Reserva de Subvenção é formada pelo valor reconhecido como ressarcimento de construção pago pelo Poder Concedente à Concessionária em função da reforma e ampliação do Complexo do Mineirão. Este ressarcimento é composto por 100% da Parcela Pecuniária PA e 40% da Parcela Pecuniária PB. A Reserva de Subvenção é constituída a partir do Resultado do exercício, depois da retenção da Reserva Legal, estando limitada ao valor total do ressarcimento de construção já recebido, o qual ainda não foi atingido até a data-base de 31 de dezembro de 2024.

d) Dividendos

Conforme estatuto social, a Companhia deverá distribuir, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	45.698	41.497
Constituição da reserva legal	(2.285)	(2.075)
Transferência para reserva de subvenção	(43.413)	(39.422)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	-	-
Adicionalmente a Companhia aprovou em 2024 a distribuição de R\$42.000 de dividendos com base no balanço patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.		
Os pagamentos ocorreram em março, junho e dezembro de 2024. Todo saldo utilizado da reserva de subvenção foi oferecido a tributação conforme Lei nº 12.973, de 2014.		
A conciliação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:		
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	8.551
Distribuição de dividendos	-	15.000
Pagamentos efetuados	-	(11.227)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	12.324
Distribuição de dividendos	-	42.000
Pagamentos efetuados	-	(54.324)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-

18. Adiantamento de clientes

Refere-se a desconto de desempenho da Concessionária apurado para o 4º trimestre de 2024 a ser aplicado no faturamento de períodos subsequentes nos termos do contrato de PPP.

19. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de operação (a)	76.096	65.294
Atualização do ativo financeiro (b)	32.656	33.825
Impostos e contribuições (c)	(9.904)	(10.693)
Total	98.848	88.426
(a) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio;		
(b) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro;		
(c) Os impostos e contribuições incidentes na receita de operação referem-se ao Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Imposto sobre Serviços (ISS). A companhia aderiu ao PERSE (Programa Emergencial de Recuperação do Setor de Eventos) Lei nº 14.148/201, objetivo de minimizar os efeitos decorrentes das medidas de combate a pandemia da covid-19 sobre os setores de eventos e turismo, findando o a utilização do benefício em agosto de 2024.		

20. Custos e despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(21.029)	(18.877)
Serviços públicos	(1.953)	(2.293)